

	Editorial 6, 2013/01 [3-4] Editorial 6, 2013/01 [5-6]
Entrevista Interview	Entrevista com Fernando Henrique Cardoso [7-21] Interview with Fernando Henrique Cardoso [22-36] Pedro Luiz Lima
Dossiê Cultura e Política, organizado por Bruno Carvalho Culture and Politics dossier, organized by Bruno Carvalho	Introdução [37-40] Introduction [41-43] Bruno Carvalho A interface entre raça e identidade nacional no Brasil e na África do Sul [44-60] The interface of Race and National Identity in Brazil and South Africa [61-76] Graziella Moraes De Gramsci à Teoria das posses essenciais: política, cultura e hegemonia em “os 45 cavaleiros húngaros” [77-101] From Gramsci to the theory of essential possessions: politics, culture and hegemony in the ‘The Hungarian Knights’ [102-125] Raquel Kritsch Limites da Política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos [126-143] The limits of politics and the deflation of conflicts: journalism as a manager of consensus [144-161] Flávia Biroli
Artigos Articles	As implicações de ressentimentos acumulados e memórias de violência política para a descentralização administrativa em Moçambique [162-180] The implications of accumulated grievances and memories of political violence to the administrative decentralization in Mozambique [181-199] Victor Igreja O triângulo Irã-Israel-Azerbaijão: implicações para a segurança regional [200-214] The Iran-Israel-Azerbaijan triangle: implications on regional security [215-228] Maya Ehrmann, Josef Kraus e Emil Souleimanov O retorno do conflito: a democracia republicana [229-244] The return of conflict: republican democracy [245-260] Maria Aparecida Abreu

Artigos

Articles

A Economia política da década bolivariana: instituições, sociedade e desempenho dos governos em Bolívia, Equador e Venezuela (1999-2008) [261-277]

The political economy of the bolivarian decade: institutions, society and government performance in Bolivia, Ecuador and Venezuela (1999-2008) [278-293]

Dawisson Belém Lopes

Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito [294-311]

Two types of liberalism in the National Democratic Union (UDN): Afonso Arinos and Lacerda between consensus and conflict [312-329]

Jorge Chaloub

Isebianas

Isebianas

Projeto, democracia e nacionalismo em Álvaro Vieira Pinto: Comentários sobre “Ideologia e desenvolvimento nacional” [330-336]

Project, democracy and nationalism in Álvaro Vieira Pinto: Comments on “Ideologia e Desenvolvimento Nacional” [*Ideology and National Development*] [337-344]

João Marcelo Ehlert Maia

Edição facsimilar de Ideologia e Desenvolvimento Nacional [facsimile]

Alvaro Vieira Pinto

Pesquisa e projeto

Research and research project

Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa [345-353]
Brief guidelines for drafting a research project [354-362]

Jairo Nicolau

A economia política da década bolivariana: Instituições, sociedade e desempenho dos governos em Bolívia, Equador e Venezuela (1999-2008)

Dawisson Belém Lopes

Dawisson Belém Lopes

é Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: dawisson@fafich.ufmg.br

Resumo

O artigo busca apreender as especificidades do fenômeno do bolivarianismo político sul-americano do século XXI, apontando as condições de possibilidade (históricas e institucionais) para a emergência de uma concepção bolivariana de economia política, alegadamente posta em prática pelos governos venezuelano (Chávez), boliviano (Morales) e equatoriano (Correa). Serão passados em revista os principais indicadores sociopolíticos e macroeconômicos relativos à Bolívia, ao Equador e à Venezuela na contemporaneidade (entre 1999-2008, aprox.), com vistas a fazer, indutivamente, uma melhor avaliação do desempenho recente de tais governos.

Palavras-chave

Economia Política, bolivarianismo, América do Sul, instituições.

Abstract

This article intends to apprehend some specific features of Bolivarianism – a peculiar South-American political construct of the 21st century – by way of underlining historical and institutional conditions of possibility for the emergence of a Bolivarian conception of political economy, which is arguably put into effect in Chávez's Venezuela, Morales's Bolivia and Correa's Ecuador nowadays. Data relative to Bolivian, Ecuadorean and Venezuelan contemporary economies and societies (from 1999 to 2008, approx.) are put under scrutiny with a view to elaborating by inductive means a more accurate evaluation on the overall performance of Bolivarian governments.

Keywords

Political Economy, bolivarianism, South America, institutions.

Introdução

O que significa, precisamente, ser “bolivariano” na alvorada do século XXI? A pergunta resulta da inquietação do autor diante do alastramento discursivo das alusões – abertas ou veladas – ao ícone sul-americano Simón Bolívar, e ao caráter supostamente revolucionário de que se revestem alguns regimes políticos recentemente instaurados, por meio do voto popular, em nosso continente. A vinculação entre os propósitos libertários de Bolívar e os métodos empregados por tais governantes contemporâneos – provenientes de partidos de esquerda, nacionalistas e antiamericanistas – tornou-se moeda corrente nos noticiários e análises – embora, como tentarei arguir neste trabalho, a pretensa relação não tenha passado por escrutínio acadêmico cuidadoso até o momento.

Como um conceito socialmente disseminado, o bolivarianismo data do século XX – tendo sido a expressão cunhada por Eleazar López Contreras, general que presidiu a Venezuela entre 1936 e 1941. López Contreras, em discurso endereçado à nação, proferiu que “os ideais *bolivarianos* constituíam a norma que inspirava todas as suas ações de governo” (Butto; Irwin, 2006). Desde então, o conceito ganhou adeptos e passou a povoar o imaginário político hemisférico. Curiosamente, no entanto, as apropriações do conceito, no curso do tempo, nem sempre significaram uma orientação política comum. López Contreras pretendia, à sua época, combater o bolchevismo soviético, cujas ideias se infiltravam no continente sul-americano, nos vários segmentos sociais. O presidente e os seus seguidores eram antissocialistas, o que levava a uma versão de bolivarianismo “direitista” – ou, no mínimo, “antiesquerdista”. No entendimento do historiador Tomás Straka, o bolivarianismo de López Contreras estaria bem sintetizado na tese pretoriana de que “aquele que herda o exército e que fundou a nação (...) também herda o direito de (re) fundar a nação” (Straka, 2003: 21).

Dada a discrepância entre o ponto de partida conceitual e o “estado das artes”, por assim dizer, é um dos objetivos deste trabalho observar mais de perto as características do bolivarianismo contemporâneo, identificando-lhe os traços gerais e recorrentes. Ademais, quer-se entender como a conjugação de determinados elementos políticos, institucionais

e socioeconômicos têm determinado o desempenho dos governos incumbentes em Bolívia, Equador e Venezuela (três regimes francamente associados ao movimento bolivariano corrente). O recorte temporal do estudo tem por pretensão cobrir o “ciclo de ouro” do bolivarianismo do século XXI — período que vai da ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, em 1999, à emergência da crise econômica global, em 2008 (com seus efeitos depreciadores sobre as cotações internacionais de hidrocarbonetos e derivados). Para proceder com a argumentação, além de discussão da literatura, é feita interpretação de dados primários, coletados e tratados, previamente, por PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2004 e 2007), CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2007), FMI — Fundo Monetário Internacional (2007) e Latinobarómetro (2007).

1. Repensando o bolivarianismo

1.1. O bolivarianismo de Simón Bolívar

Em face da diversidade de bolivarianismos que ajudaram a construir a recente história sul-americana, mostra-se útil, em termos heurísticos, o expediente de apresentar (e debater brevemente) algumas das concepções políticas de Simón Bolívar, *El Libertador*. Sempre que possível, serão estabelecidos paralelos intertemporais entre o seu bolivarianismo e os supervenientes, na tentativa de contrastar as diferentes versões para um (pretensão) mesmo ideário.

Simón Bolívar, desde muito jovem, assumiu protagonismo nos esforços pela independência venezuelana, concretizada em 1811 (embora não de maneira incontestada ou pacífica, como os enfrentamentos com a Espanha mostrariam, na sequência). Rico fazendeiro de cacau, Bolívar não acreditava em um projeto espanhol que pudesse conduzir a Grã-Colômbia (atuais Venezuela, Equador e Colômbia) a superar a condição de colônia de exploração, de provedora de recursos primários à metrópole. O mesmo raciocínio aplicava-se ao cenário — então, bastante provável — de Napoleão Bonaparte vencer as guerras que movia pela Europa e colonizar, por via reflexa, a América espanhola. Inspirado na saga dos federalistas estadunidenses, Bolívar vislumbrava condições sociais propícias ao autogoverno venezuelano — ou, numa chave contemporânea, a algo próximo daquilo que se tem chamado, em linguagem pomposa, de “autodeterminação dos povos”. Ao contrário do que as novas versões bolivarianas poderiam dar a entender, “o Libertador” não era exatamente um antiamericanista¹. Demonstrava respeito, quando não admiração, pela trajetória política dos Estados Unidos da América. Referiu-se aos Pais Fundadores da nação americana como “visionários benevolentes”, numa crítica condescendente que fazia à suposta ingenuidade dos “experimentos fantásticos” por eles encetados (Bushnell, 2001).

Bolívar deixaria mais ou menos clara a sua inclinação por um governo unitário e centralizador, ao rejeitar, para a Venezuela, o modelo federativo. Isso porque, na sua visão, as forças desagregadoras ainda atuavam muito fortemente no território, e as províncias grão-colombianas, constitutivas do novo Estado independente, ainda não haviam se integrado em um projeto político efetivamente nacional (Bushnell, 2001; Deas, 2001). Para Bolívar, um governo adequado seria aquele que,

Embora republicano nos aspectos externos, barrasse os instintos desordeiros do povo simples por meio de um *sufrágio limitado*, de um *executivo forte* e um *senado hereditário*, acrescidos de um ‘poder moral’ formado por cidadãos proeminentes com a função especial de promover a educação e os bons costumes. Tratava-se de uma afirmação extremamente conservadora, que resumia características permanentes do pensamento político de Bolívar” (Bushnell, 2001: 167, grifos nossos).

A mescla do republicanismo aristocrático do Oitocentos com o desejo de reprimir as convulsões domésticas marcava o pensamento bolivariano original. Seria necessário corrigir excessos em nome da estabilidade e da autoridade instituída. Tanto assim que Bolívar, redator da primeira Constituição da Bolívia, nela inseriu um dispositivo que previa, para o presidente, as prerrogativas da vitaliciedade e a capacidade de nomear o próprio sucessor. Ou seja: o presidente seria praticamente equivalente, do ponto de vista funcional, a um monarca, ainda que não pertencesse à nobiliarquia. O aspecto de concentração de poderes nas mãos do Poder Executivo contrariava o liberalismo do Barão de Montesquieu e de Thomas Jefferson. No entanto, da perspectiva histórica, a hipertrofia da instituição da presidência da república, defendida, às escâncaras, por Simón Bolívar, ajuda a explicar alguns fatos e versões que se relacionam diretamente com a emergência e a cristalização do modelo bolivariano do século XXI.

Em referência à organização da sociedade, a historiografia não registra impulso de Simón Bolívar pelo igualitarismo estrito entre os cidadãos, pelo estabelecimento de uma ordem socialista, comunista ou assemelhado. Após a independência, o poder seria mantido nas mãos de uma pequena elite letrada, visto que o critério para participar do sufrágio era a alfabetização (precondição das mais exigentes numa sociedade de base rural). O escravismo seria abolido lentamente — restando indícios de que, por volta de 1830, existiam ainda cerca de 45 mil escravos na região da antiga Grã-Colômbia. Ilustrativamente, o professor Malcolm Deas afirma: “seria um grande anacronismo imaginar que algum líder latino-americano da independência tivesse trabalhado por uma ordem rural igualitária” (Deas, 2001: 513).

Em suma, o movimento de libertações nacionais latino-americanas no século XIX foi, antes de tudo, um processo conduzido “pelo alto”, em nada fazendo lembrar as revoluções de massa (sobretudo, a soviética e a chinesa) do século XX.

1.2. O bolivarianismo contemporâneo

Hernán Gruber Odremán (2003), um dos “neobolivarianos” de que trataremos aqui, emblematiza um gênero de pensamento comum entre militares da reserva venezuelana², para quem os princípios de Bolívar deveriam ser mobilizados nas lutas contra a ameaça representada pelos Estados Unidos da América, pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela combinação, dita perversa, entre globalização e neoliberalismo. Segundo o autor, tal conjunto de fatores haveria de ser capaz de provocar uma reação militar *criolla* parecida com aquela que foi originalmente concebida para combater bolcheviques no século XX, ou para aplacar a reação espanhola à independência da Venezuela, no século XIX. Daí vêm a insistência no linguajar de López Contreras e a analogia histórica e conceitual com Simón Bolívar.

Numa outra vertente, está o bolivarianismo defendido por autores como Darwin Pazmino e Heinz Dieterich Steffan. Pazmino (2003) é o articulador de um bolivarianismo centrado na noção de “panandinismo”. Em aparente contradição, ele deixa de lado o plano panamericanista de Bolívar — enunciado, primeiramente, na Carta da Jamaica, de 1815; e, depois, no Congresso Anfictiônico do Panamá, de 1826 — para sugerir a construção de um grande Estado andino, que viesse a abranger de Peru e Bolívia a Panamá e Venezuela, incluindo a Colômbia, mas excluindo o Chile. Nas suas formulações, Pazmino convoca os “verdadeiros” bolivarianos a comerem apenas alimentos nacionais, a ouvirem apenas a música regional e a vestirem apenas as roupas feitas com tecidos nativos. Ou seja: trata-se de um apelo extremo a certo *ativismo* bolivariano.

Steffan (1996), acadêmico que assessorou o presidente Hugo Chávez, define o bolivariano como “um novo cidadão, dotado de uma consciência nacionalista, republicana e latino-americana (...), responsável por sustentar o ideal bolivariano por toda a sua vida” (*apud* Butto; Irwin, 2006). Dada a proximidade de Steffan com o poder constituído, parece razoável supor que o autor encarne a concepção teórica que permeia o governo chavista. Na sua obra mais repercutida — *O Socialismo do Século XXI* —, Steffan defende a viabilidade de um modelo de gestão política fundamentado na democracia direta, com a participação plena do corpo político em decisões governamentais. A sua elaboração remete a interpretações das ideias de Georg W. F. Hegel, Karl Marx e Antonio Gramsci — como pode sugerir, por exemplo, a evocação, ao longo da narrativa, de categorias analíticas tais como “dominação e emancipação”, “institucionalidade burguesa e valor do trabalho” ou “bloco regional de poder”.

265

No fim do século passado, o mito bolivariano retornou à cena sul-americana, travestido de chavismo. Ainda que, essencialmente, se trate de um ideário distante daquele que o teria inspirado, o bolivarianismo assumiu importância estratégica na imantação política promovida, discursivamente, por Hugo Chávez³, presidente venezuelano, para então se ramificar regionalmente — passando a balizar a retórica dos atuais presidentes da Bolívia, Evo Morales, e do Equador, Rafael Correa. Também identificada como a ascensão da esquerda “radical” (Castañeda, 2006; Amann, 2006), “populista” (Panizza, 2006; Lanzaro, 2006) ou “anti-imperialista” (Yeros, 2006), a fenomenologia do processo inclui, dentre outros, uma orientação de política externa agressiva em seus meios e propósitos; iniciativas de nacionalização de recursos primários e de empresas multinacionais (principalmente, as do setor de hidrocarbonetos); hostilização das potências internacionais, dos bancos multilaterais (FMI e Banco Mundial) e, em especial, dos Estados Unidos da América; crítica incisiva ao formato liberal de democracia representativa e às oligarquias locais; despreço à ênfase nas chamadas liberdades individuais e nos direitos civis; proposição de uma agenda “socialista do século XXI”, com incremento dos gastos sociais governamentais; desafio constante ao princípio do constitucionalismo e à norma “*pacta sunt servanda*”; e relações tumultuadas com os órgãos de imprensa (Belém Lopes, 2008; Sanjuan, 2005).

Convém observar, na sequência, quais as características institucionais e socioeconômicas que, associadas, calham traduzir-se neste híbrido político tipicamente sul-americano — o bolivarianismo do século XXI.

2. A economia política do bolivarianismo: análise factual comparativa de Bolívia, Equador e Venezuela

Antes de avaliar a performance dos governos incumbentes de Bolívia, Equador e Venezuela (doravante, BEV), faz-se prudente investigar as principais instituições políticas que estruturam esses Estados. Trata-se de três repúblicas presidencialistas, com repartição horizontal de poderes⁴. No tocante às competências constitucionais originárias, a Venezuela é uma federação⁵; Bolívia e Equador são considerados Estados unitários. Diferentemente de Equador e Venezuela, na Bolívia o Poder Legislativo é bicameral. Não há o monopólio partidário da representação política em nenhum dos três Estados — o que vem acarretando, sobretudo em Bolívia e Equador, grande instabilidade dos gabinetes. Atesta-se o pluralismo partidário nos três países, com média de 4,3 partidos efetivos na Venezuela, 4,6 na Bolívia e 6,2 no Equador, no período compreendido entre 1989 e 2002 (Anastasia, Melo e Santos, 2004; Amorim Neto, 2006).

No referente ao Poder Executivo, o presidente é dotado da capacidade de decreto constitucional apenas no Equador. O presidente equatoriano também pode contar com

os recursos constitucionais do pedido de urgência, da iniciativa legiferante exclusiva e do poder orçamentário; já os presidentes boliviano e venezuelano, em comparação com o homólogo equatoriano, contam com as possibilidades da iniciativa exclusiva e do poder orçamentário. Assiste aos presidentes de BEV o poder de veto sobre a produção legislativa do Congresso. Esse veto poderá ser derrubado, no entanto, por 2/3 do Congresso na Bolívia e no Equador; e $\frac{1}{2} + 1$ dos congressistas venezuelanos (*idem; ibidem*).

Em relação a índices que aferem a qualidade da democracia praticada nos três Estados, percebe-se convergência nas trajetórias de Equador e Venezuela. Segundo o PNUD (2004), após ostentarem por décadas o índice máximo de democracia eleitoral (IDE⁶), aqueles Estados viram esse número despencar, no limiar do século XXI, para, respectivamente, 0,75 e 0,67 (0,93 e 0,97, na média entre 1990-2002). O declínio qualitativo não atingiu a Bolívia, que se manteve com o índice 1,0 (média de 1,0 entre 1990-2002). A tendência manifestou-se numericamente porque tanto Venezuela quanto Equador tiveram, recentemente, presidentes removidos do (ou reconduzidos ao) posto por métodos considerados extraconstitucionais⁷. Ocorre, todavia, que a percepção subjetiva das populações nacionais sobre a democracia que se pratica em seus países diverge significativamente da imagem que resulta da medição realizada pelo PNUD. Conforme se depreende das tabelas seguintes:

TABELA 1 – “As seguintes liberdades estão garantidas no seu país?” (% da amostra, resposta: “sim”)

Liberdade Cívica e Políticas (ano-base: 2007)						
	Liberdade de culto	Escolha de profissão	Participação política	Liberdade de expressão	Igualdade de gênero	Propriedade privada
Bolívia	66	68	56	53	57	43
Equador	61	48	44	36	39	32
Venezuela	73	74	70	65	72	57
Am. Latina	76	65	60	55	53	43

Fonte: Latinobarómetro (2007: 65).

TABELA 2 – Evolução do apoio e satisfação com a democracia (% da amostra)

	Apoio à democracia (comparação entre 2007 e 2006)	Satisfação com a democracia (comparação entre 2007 e 2006)
Bolívia	67 - 62 = +5	41 - 39 = +2
Equador	65 - 54 = +11	35 - 22 = +13
Venezuela	67 - 70 = -3	59 - 57 = +2
Am. do Sul e México	55 - 58 = -3	36 - 38 = -2
América Latina	54 - 58 = -4	37 - 38 = -1

Fonte: Latinobarómetro (2007: 80).

TABELA 3 – Atitudes frente ao governo e ao presidente, em 2007 (% da amostra)

	Aprovação do atual governo	Confiança no atual governo	Confiança no atual presidente
Bolívia	60	52	53
Equador	74	41	52
Venezuela	61	66	60
América Latina	51	39	43

Fonte: Latinobarómetro (2007: 90).

Segundo a consulta feita às populações de Venezuela e Bolívia (tendo como base o ano de 2007), as liberdades civis e políticas estariam, de um modo geral, asseguradas em seus países. Enquanto a Bolívia ostentava números médios em comparação com o contexto latino-americano, a Venezuela apresentava os mais altos índices positivos de toda a região. O apoio declarado à democracia, nesses países, vinha de 67% da população — índice considerado alto, haja vista a média latino-americana, de 54%. Para mais, 59% dos venezuelanos e 41% dos bolivianos disseram-se satisfeitos com o regime democrático, contra 37% da média latino-americana. Além disso, a aprovação de bolivianos e venezuelanos a seus respectivos governos e presidentes também ficou acima da média dos países latino-americanos, como se depreende da Tabela 3.

A autoavaliação mais preocupante, no que se refere aos direitos civis e políticos, foi a dos equatorianos. Se uma democracia se define, conforme os critérios liberais, pela observância dessas “liberdades”, havia motivo para duvidar do compromisso democrático do regime político do Equador. Porém, adversamente, o que se constatava, pela leitura da Tabela 2, era a atitude popular de crescente apoio à democracia (aumento de 11 pontos percentuais no apoio declarado à democracia, em relação a 2006), e de crescente satisfação com os seus resultados (incremento de 13 pontos percentuais, em relação ao patamar de 2006). A maioria da população (52%) confiava no presidente Rafael Correa; e 74% dos cidadãos aprovavam a sua gestão em 2007.

Alegadamente, o contraste entre as versões de cientistas políticos — que diagnosticavam ocorrência de “déficits democráticos” nos países da região (Coppedge, 2005; Sanjuan, 2005; Castañeda, 2006) — e a avaliação das populações nacionais sobre o estado da democracia nos regimes bolivarianos sugeria, se nada mais, a incompatibilidade entre os diferentes critérios empregados para as análises dos processos políticos locais. Determinadas nuances pareciam escapar à abordagem procedimental ou eleitoral do fenômeno em tela de juízo.

Os indicadores socioeconômicos dos três Estados bolivarianos também permitiram agrupá-los, segundo a tradicional classificação por Índice de Desenvolvimento Humano (IDH⁸) do PNUD (2007), conforme expresso na Tabela 4.

TABELA 4 – Indicadores socioeconômicos

	IDH	Expectativa de vida (em anos)	Alfabetização (% de adultos)	Renda bruta per capita (PPP US\$)	Posição no mundo (ranking)
Bolívia	0,695	64,7	86,7	2.819,00	117°
Equador	0,772	74,7	91,0	4.341,00	89°
Venezuela	0,792	73,2	93,0	6.632,00	74°
Am. Latina	0,803	72,8	90,3	8.417,00	~ 70°
OCDE	0,916	78,3	-	29.197,00	~ 28°

Fonte: PNUD (2007).

BEV foram considerados países de “desenvolvimento humano médio” ($0,8 > \text{IDH} > 0,5$) na tipologia do PNUD (2007). Apresentavam indicadores, em geral, piores que a média regional. Apesar das semelhanças entre eles, há considerável heterogeneidade no interior do grupo: um venezuelano com renda anual aproximadamente 150% maior que a de um boliviano, e 50% maior que a de um equatoriano; o equatoriano, por seu turno, com a expectativa de viver 10 anos a mais que um boliviano, e 1 ano e meio a mais que o venezuelano. Quando

a comparação era feita com os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento da Europa – OCDE, considerados de “desenvolvimento humano alto”, as disparidades socioeconômicas mundiais vinham à superfície. A renda anual média de um cidadão italiano, por exemplo, era mais de 10 vezes superior à de um boliviano; quase 7 vezes maior que a de um equatoriano; e quase 5 vezes maior que a de um venezuelano (*idem*).

268

De uma perspectiva comercial, chamava a atenção, em primeiro lugar, a baixa diversificação da pauta de exportações e a dependência dos três países em destaque dos hidrocarbonetos (petróleo e derivados, e gás natural, principalmente). Em números de 2005, o “mercado dos hidrocarbonetos” respondeu por cerca de 48% das exportações bolivianas, 58% das equatorianas e 87% das venezuelanas (CEPAL, 2007). Tal configuração tem por implicação uma situação histórica de fragilidade em relação às economias centrais e às oscilações do mercado internacional de *commodities*. De um ângulo doméstico, a dependência dos hidrocarbonetos tem sido acompanhada pelo baixo investimento na indústria local, bem como pelos incipientes recursos vertidos para a formação bruta do capital fixo, constituindo a disfunção econômica conhecida como “doença holandesa”⁹.

No caso paradigmático da Venezuela de Chávez – o presidente da república desde 1999, em seu terceiro mandato –, nota-se, consistentemente com o discurso político, um incremento dos gastos governamentais durante os primeiros anos do seu mandato. A preços constantes de mercado, eles subiram de US\$ 14,6 bilhões para US\$ 19,7 bilhões – isto é: aproximadamente 35%, entre 2000 e 2005. Durante o mesmo período, a dívida externa do Estado venezuelano aumentou. A preços correntes, ela saltou de US\$ 11,6 bilhões para US\$ 19,7 bilhões – ou seja, um crescimento da ordem de 70%. O endividamento externo explica-se também pela fuga de divisas: as inversões externas líquidas (IEL) para o país apresentaram, em 2005, saldo negativo de US\$ 99 milhões. O dado tem significância, uma vez que, entre 2000 e 2005, as inversões externas líquidas para a América Latina e o Caribe cresceram cerca de 138% (só em 2005, o saldo positivo registrado nas transferências externas, em toda a região, foi de US\$ 49,2 bilhões). Malgrado o desequilíbrio da matriz econômica venezuelana, no que toca ao fechamento das contas nacionais, a situação era momentaneamente tranquila em 2007, dado o superávit de mais de US\$ 25 bilhões no balanço de conta corrente em 2006, em razão da escalada dos preços do barril do petróleo (*idem*)¹⁰.

**TABELA 5 – Avaliação popular do desempenho econômico do Estado, em 2007
(% da amostra)**

	Como qualifica a situação econômica atual do país? (somente: “boa” ou “muito boa”)	Como estará a economia nos próximos 12 meses? (somente: “muito melhor” ou “um pouco melhor”)	Como estará a situação econômica da sua família, nos próximos 12 meses? (somente: “muito melhor” ou “um pouco melhor”)
Bolívia	20	36	49
Equador	26	29	43
Venezuela	52	60	61
América Latina	21	31	46

Fonte: Latinobarómetro (2007: 17-20).

Enquanto a avaliação econômica popular acompanhava a média regional na Bolívia e no Equador, na Venezuela o otimismo econômico era apreciável. Mais da metade da população considerava a situação nacional “boa” ou “muito boa”, e 60% acreditavam que ela ainda iria melhorar ao longo do próximo ano. Nota-se, ainda, que o ambiente na Bolívia era mais

positivo que o do Equador, o que se afere pela constatação de que 37% dos bolivianos (contra 29% dos equatorianos, e 31% dos latino-americanos) acreditavam numa melhoria econômica de seu país dentro do prazo de um ano. O otimismo venezuelano justificava-se, em larga medida, pelo desempenho econômico do governo Chávez a partir de 2004, mensurado pelas taxas de variação do produto interno bruto do país (ver Tabela 6).

269

Os dados abaixo demonstram que o controle da inflação já era a grande questão a ser equacionada em 2008. O crescimento econômico associado a incremento nos gastos governamentais dificultava coibir-se a “inflação de demanda” (excesso de circulação monetária no mercado). Pode-se ainda observar o aumento nos preços para o consumidor da ordem de 19% na Venezuela, e 13% no Equador – anulando parcialmente a espiral positiva do crescimento econômico.

TABELA 6 – Indicadores macroeconômicos*

País	Descritor	Escala	2004	2005	2006	2007	2008
Bolívia	PIB, preços constantes	%	4.2	4.0	4.6	3.9	5.4
Bolívia	Inflação	%	4.4	5.4	4.3	8.5	13.3
Bolívia	População	Milhões	9.227	9.427	9.627	9.828	10.028
Bolívia	Balanço de conta corrente	%	3.8	6.5	11.7	15.1	9.9
Equador	PIB, preços constantes	%	8.0	6.0	3.9	2.7	3.4
Equador	Inflação	%	2.7	2.1	3.3	2.1	2.3
Equador	População	Milhões	13.027	13.215	13.540	13.730	13.922
Equador	Balanço de conta corrente	%	-1.7	0.8	3.6	2.4	2.5
Venezuela	PIB, preços constantes	%	18.3	10.3	10.3	8.0	6.0
Venezuela	Inflação	%	21.7	16.0	13.7	18.0	19.0
Venezuela	População	Milhões	25.910	26.430	26.960	27.500	28.050
Venezuela	Balanço de conta corrente	%	13.8	17.8	15.0	7.8	4.1

Fonte: Fundo Monetário Internacional (2007).

* Os dados relativos aos anos de 2007 e 2008 são estimativas dos técnicos do FMI.

TABELA 7 – Mentalidade econômica, em 2007 (% da amostra)

Pergunta	Bolívia	Equador	Venezuela	A.L.
Pessoa eficiente deve ganhar mais? (resposta: “considero justo”)	56	46	38	50
Privatizações foram benéficas para o país? (resposta: “estou de acordo”)	43	45	47	35
Economia de mercado é a melhor opção? (resposta: “estou de acordo”)	57	44	49	52
Economia de mercado é o único sistema para desenvolver o país? (resposta: “estou de acordo”)	54	40	41	47
O Estado pode resolver todos os problemas? (resposta: “sim, todos os problemas”)	29	38	67	38
Empresas privadas são indispensáveis para o desenvolvimento? (resposta: “estou de acordo”)	51	43	61	56
É justa a distribuição da renda no país? (resposta: “justa” ou “muito justa”)	30	22	55	21

Fonte: Latinobarómetro (2007: 23-37).

No que tange às concepções econômicas dos seus cidadãos, BEV expressam muitas contradições. A começar pela seguinte: a Venezuela, dona de um alto coeficiente de Gini (0,482), é julgada por majoritários 55% de sua população como um país de justa distribuição de renda¹¹. A Bolívia, Estado com a maior concentração de renda nas Américas e um dos cinco maiores coeficientes de Gini do mundo (0,601), tem a sua situação distributiva considerada “justa” ou “muito justa” por 30% da sua sociedade — um índice superior à média latino-americana, de 21% (PNUD, 2007; Latinobarómetro, 2007).

270

Outra contradição notada diz respeito à existência de um projeto socialista para as sociedades bolivarianas. Tome-se o caso da Bolívia: perguntados se a economia de mercado seria o único sistema econômico capaz de conduzir o Estado ao desenvolvimento, 54% dos bolivianos responderam afirmativamente. Além disso, 57% concordaram com a proposição de que a economia de mercado é “a melhor opção”. 56% entendem que o princípio meritocrático, segundo o qual a pessoa eficiente deve ganhar mais do que a ineficiente, deve vigorar; e somente 29% acreditam no potencial do Estado de resolver todos os problemas sociais e econômicos. A maior relutância em reconhecer as virtudes do capitalismo de livre mercado é registrada na Venezuela. Ainda assim, 61% dos cidadãos venezuelanos estão de acordo com a ideia de que as empresas privadas são fundamentais para o desenvolvimento do país; e 49% subscrevem a afirmação de que “a economia de mercado é a melhor opção”. Por outro lado, 38% consideram justo que o trabalhador eficiente seja mais bem remunerado; e 41% aceitam a hipótese de que a economia de mercado é a única opção no rumo do desenvolvimento. Diferentemente de Bolívia e Equador, a maioria (67%) da população venezuelana declarava crença nas capacidades do Estado para resolver os problemas nacionais (Latinobarómetro, 2007).

Cumprir notar o comportamento das populações de BEV com relação à questão das privatizações de empresas estatais. Na contramão da tendência estatista/socialista, 43% dos bolivianos, 45% dos equatorianos e 47% dos venezuelanos aprovaram as privatizações realizadas por seus governos, considerando-as benéficas para os seus países. Os números dos Estados bolivarianos surpreendem, sobretudo se contrastados com a média latino-americana — de apenas 35% de aprovação (*idem*). Parece difícil, portanto, encontrar um alto nível de correspondência e coerência entre os dados perscrutados e as opiniões populares.

3. Uma tentativa de arremate do argumento

A economia política é costumeiramente caracterizada pela incorporação da dimensão do conflito social à análise da atividade econômica do Estado. Ao resgatar fatos e dados sobre os atuais governos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa — aqui tomados como representantes de um movimento político tipicamente sul-americano —, sugiro a existência de determinados aspectos comuns a BEV na contemporaneidade, constituintes de um perfil bolivariano de economia política. São eles:

1. A emergência de líderes com grande apelo popular em BEV é, provavelmente, ensejada pela fraqueza das instituições políticas nacionais. Em virtude do baixo grau de institucionalização dos partidos políticos nesses países¹², não se dá a “rotinização do carisma” (Weber, 2005). Isso significa admitir que o tipo de relação de dominação política que se estabelece nessas sociedades é amplamente baseado no carisma, no culto à personalidade (vide os altos níveis de confiança nos presidentes). A hipertrofia dos poderes do Executivo, associada à instabilidade histórica dos gabinetes, leva o presidente da república a recorrer a expedientes de autorreforço de sua própria autoridade política,

com vistas a manter-se no cargo. Deriva daí a tentação de romper com o “império da lei”, e a conseqüente margem de licenciosidade do Executivo, que frequentemente governará por vias extrainstitucionais. O processo é identificado, na literatura, como populismo (ou neopopulismo¹³), na medida em que o governante se arroga a responsabilidade de zelar pelo “povo”, e de falar maniqueisticamente em nome do “povo”, *contra* os interesses de uma “elite”, de um segmento político – supostamente antidemocrático – mobilizado (Hawkins, 2003). No âmbito da macroeconomia, esse populismo está caracterizado, na maior parte das vezes, segundo Francisco Rodríguez,

271

By the use of expansionary fiscal and economic policies and an overvalued currency with the intention of accelerating growth and redistribution. These policies are commonly implemented in the context of a disregard for fiscal and foreign exchange constraints and are accompanied by attempts to control inflationary pressures through price and exchange controls. The result is by now well known to Latin American economists: the emergence of production bottlenecks, the accumulation of severe fiscal and balance-of-payments problems, galloping inflation, and plummeting real wages (Rodríguez, 2008).

2. A insuficiência dos critérios liberais para apreender a singularidade do fenômeno democrático nos Estados ditos bolivarianos evidencia-se na contradição entre a aferição do PNUD (2004) e de outros organismos, e a subjetividade dos cidadãos (Latinobarómetro, 2007). O desencontro entre as versões acende a controvérsia a respeito da “qualidade da democracia”, e da carga etnocêntrica que determinadas medições de opinião podem trazer consigo. Uma avaliação não preconceituosa do comportamento político declarado dos cidadãos de BEV poderá indicar a existência de potenciais democráticos e de liberdades cívico-políticas para além daquelas convencionalmente consideradas pelos analistas liberais.

3. A leitura das tabelas no decorrer do artigo revela a boa performance econômica recente dos Estados bolivarianos, em termos comparativos regionais e globais. Em que pese para tanto a escalada dos preços de *commodities* no mercado internacional, ainda assim há mérito a assinalar no tocante às políticas econômicas adotadas pelos governantes nos últimos anos (em geral, em sintonia com os receituários ortodoxos dos bancos multilaterais). Há que notar o bem-sucedido esforço de controle da inflação na Bolívia, no Equador e, principalmente, na Venezuela – que reduziu a sua taxa anual de cerca de 20.000%, em 1985, para menos de 20%, em 2007. A aprovação popular da gestão econômica dos governantes é, indiretamente, um reconhecimento desse desempenho positivo (vide a Tabela 5). Não obstante, permanecem graves conflitos na distribuição da renda nacional, que são pontuados por variáveis de região e de etnia (ênfase nos casos boliviano e equatoriano). O quadro conflitivo justifica-se na medida em que o incremento na renda nacional não se reproduz, necessariamente, em aumento do PIB *per capita* das populações. Subsiste também a problemática dependência do setor externo das economias de BEV em relação a hidrocarbonetos e derivados.

4. A economia de mercado é bem-vinda para os bolivarianos; o neoliberalismo, *idem*. Eis a conclusão a extrair de uma avaliação tanto das opiniões apresentadas pelos cidadãos de BEV quanto pelas ações políticas dos seus governantes. As privatizações contaram com o respaldo popular, apesar das recentes iniciativas de nacionalização (com ênfase no setor dos hidrocarbonetos). E, mesmo nos casos em que houve a estatização de recursos de empresas multinacionais (por exemplo, na ocupação militar, promovida pelo governo de Evo Morales, da sede da Petrobras, em 2006), não se impediu a atuação do capital privado

estrangeiro no país. De resto, as empresas privadas são percebidas como cruciais para o desenvolvimento dos Estados, na opinião de 51% dos bolivianos e 61% dos venezuelanos. No governo de Chávez, proliferaram as pequenas e microempresas (Hawkins, 2003). Esse interessante quadro fez o professor Edmund Amann cunhar a expressão “alternativa bolivariana de mercado” para qualificar o modo de produção vigente na Venezuela — o que foi, em vários aspectos, extensivo à Bolívia (Amann, 2006: 16). Em face do diagnosticado, parece haver pouca margem para um genuíno “socialismo do século XXI” desabrochar nesta parte do mundo¹⁴.

5. A globalização e os seus efeitos impuseram a necessidade da integração dos bolivarianos ao mundo. Por se tratar de macroeconomias abertas e voltadas para fora — mais precisamente, para a exportação de petróleo e gás natural —, BEV investiram pesadamente na diplomacia presidencial e nas viagens internacionais (vide os compromissos de Chávez, Morales e Correa mundo afora). Diferentemente do regime socialista de Havana, os países bolivarianos estão plenamente inseridos na teia das relações comerciais internacionais. O anti-imperialismo professado verbalmente pelos líderes bolivarianos não se converteu em uma atitude de isolamento diante do mundo, ou em um esforço de revisionismo das instituições internacionais. Haja vista que BEV continuam a fazer parte das principais organizações internacionais de vocação universal (ONU, OMC, FMI, Banco Mundial) e têm participado crescentemente de acordos de cooperação internacional, regionais (Mercosul, Comunidade Andina, ALBA, Unasul) e extrarregionais. O mote do panamericanismo de Bolívar — “a América Espanhola para os hispanoamericanos” — não se aplica ao bolivarianismo dos contemporâneos.

Breves considerações finais

Julgando cabível um paralelo final entre os bolivarianismos de Simón Bolívar e dos atuais governantes de BEV, entendo que o grande ponto de aproximação entre eles é o pertencimento à secular tradição latino-americana de discursos anti-imperialistas. No caso de Bolívar, a referência histórica evidente são as guerras de independência contra o império espanhol; no caso de Chávez, Morales e Correa, a luta é contra um inimigo que, por não ser tão imediato e concreto, variará conforme as circunstâncias — ora será o “império americano”; ora o “sistema capitalista”; ora as velhas oligarquias; ora o FMI ou o Banco Mundial. A aproximação intergeracional também procede se considerarmos os líderes bolivarianos de ontem e de hoje como praticantes de um certo cesarismo político que deita raízes profundas no continente. Em qualquer outra hipótese, a tentativa de transpor o bolivarianismo do início do século XIX para a conjuntura da primeira década do século XXI soa como uma típica ideia fora de lugar. Mas isso é assunto para um outro artigo, de maior extensão e fôlego historiográfico. A discussão extrapola — e muito — as modestas pretensões deste trabalho.

Para finalizar, com o inegável benefício da perspectiva de quem escreve já na segunda década do século XXI, cumpre perceber que, como decorrência direta ou indireta da fragilidade demonstrada pelas instituições políticas e pelo setor externo das economias bolivarianas desde 2008, outras questões preocupantes para os governos incumbentes foram postas sobre a mesa¹⁵. Declina a olhos vistos a atratividade e a capacidade de irradiação de um modelo de gestão pública que, até bem pouco tempo atrás, esteve em alta na América Latina. Com o avanço no continente de práticas governamentais que conciliam ortodoxia macroeconômica (responsabilidade fiscal, independência de banco central, câmbio flutuante) com arrojo nas políticas sociais¹⁶, a economia política

do bolivarianismo perdeu adeptos até mesmo em seus mais tradicionais rincões¹⁷. Com isso eu pretendo sugerir que, muito provavelmente, o bolivarianismo corresponda a um fenômeno, ademais de espacialmente circunscrito, temporalmente datado.

273

(Submetido para publicação em novembro de 2012)

(Reapresentado em fevereiro de 2012)

(Aprovado para publicação em março de 2013)

Cite este artigo

BELÉM LOPES, Dawisson. A economia política da década bolivariana: instituições, sociedade e desempenho dos governos em Bolívia, Equador e Venezuela (1999-2008). **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, n° 6, pp. 261-277, Julho 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. "Bolívar was a Venezuelan aristocrat who inherited estates and mines. He was a man of the Enlightenment, a reader of Adam Smith and John Locke as well as of Voltaire and Rousseau. He was an economic liberal who freed his own slaves, but a political conservative. He believed the new republics needed strong government. *He admired the United States, although he feared its potential power. He was a devoted Anglophile—hardly the attitude of an 'anti-imperialist'*" (The Economist, 2008, grifo nosso).
2. Cabe lembrar as origens do chavismo e a importância histórica do Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200). Cf. Hawkins, 2003.
3. Haja vista a mudança promovida no nome oficial do Estado venezuelano, que passou a se chamar, com a promulgação da Constituição de 1999, *República Bolivariana da Venezuela*.
4. São três os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em Bolívia e Equador; e cinco (Cidadão e Eleitoral, além dos três tradicionais) na Venezuela.
5. Curiosamente, uma configuração do poder político preterida por Simón Bolívar (vide seção 1.1 do trabalho).
6. A abordagem do IDE-PNUD (2004) é procedimentalista: importa, para os efeitos pretendidos pelo índice, saber se o país em exame conta com quatro elementos, quais sejam, (a) sufrágio universal; (b) eleições limpas; (c) eleições livres; e (d) acesso a cargos públicos via eleições. Uma vez presentes os quatro elementos arrolados, estará atestado o caráter eleitoralmente democrático de um regime (cf. Belém Lopes, 2007).
7. Desde 1997, o Equador teve 3 presidentes que não completaram os seus mandatos (Bucaram Ortiz, Mahuad e Gutiérrez), depostos por métodos extralegais ou semiconstitucionais. A história recente da Venezuela é marcada pela tentativa frustrada de golpe de Estado contra o presidente Hugo Chávez Frías, em 2002, e por sua retomada do poder, logo em seguida.

8. Índice concebido pelo economista paquistanês Mahbub Ul-Haq com o objetivo de integrar as distintas dimensões do fenômeno do desenvolvimento – cujo estudo esteve confinado, por longa data, aos indicadores de desempenho macroeconômico. 274
9. Uma referência à descoberta do gás natural no Reino dos Países Baixos, na década de 1960, e ao subsequente processo de desindustrialização precoce do país.
10. O preço do barril de petróleo no mercado internacional ascendeu de aproximadamente US\$ 20, em 1990, para cerca de US\$ 120 em 2006 (cf. Friedman, 2006).
11. Note-se ainda que, no período compreendido entre 2000 e 2005, tal coeficiente escalou de 0,44 para 0,48 (Rodríguez, 2008). Isto é: segundo o índice de Gini, aumentou a concentração de renda no país.
12. Institucionalização partidária que “pode ser medida, essencialmente, ao longo de duas dimensões: 1) o grau de *autonomia* do ambiente que a organização desenvolveu; 2) o grau de *sistemicidade*, de interdependência entre as diversas partes da organização” (Panebianco, 2005: 103, grifos no original).
13. Vilas (2004) nota o surgimento do “neopopulismo” nos anos 1990, na América Latina, quando da mescla das tradicionais práticas populistas (dominação carismática, métodos de governo extrainstitucionais, maniqueísmo discursivo) com a adoção de receitas econômicas ditas ortodoxas (corriqueiramente identificadas pelo rótulo “Consenso de Washington”) e reformas estruturais do Estado, voltadas para o mercado. Vide os casos do México de Salinas Gortari, do Brasil de Collor de Melo, da Argentina de Menem, do Peru de Fujimori, dentre outros.
14. A título de comparação, parece válido resgatar o exemplo da política econômica adotada pelo Chile socialista de Salvador Allende, em 1973. Entre as medidas tomadas pelo presidente, destacam-se a total nacionalização da exploração do cobre no país, a reforma agrária e a estatização forçada das empresas privadas, além do expansionismo fiscal e monetário. Da perspectiva comparada, o programa econômico socialista de Allende foi bastante mais agudo do que os atualmente postos em prática em BEV (cf. Maddison, 2006: 154).
15. O falecimento de Hugo Chávez, o enfraquecimento político de Evo Morales em vários departamentos bolivianos e a tentativa de golpe militar contra Rafael Correa integram o rol das dificuldades enfrentadas.
16. Modelo de que o Brasil é, seguramente, o representante mais influente na atualidade.
17. Referência à opção do presidente Ollanta Humala, recentemente eleito no Peru, por um discurso político não bolivariano. Cf. Juan Arias, “Ollanta Humala, El Lula Peruano”, *El País*, 27/07/2011. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/internacional/Ollanta/Humala/Lula/peruano/elpepu/20110727elpepuint_8/Tes; Acessado em 05/10/2011.

Bibliografia

275

AMANN, E. (2006), *The Political Economy of the New Left in Latin America: Does the Bell Toll for Neo-liberalism?* Conferências em honra ao professor Werner Baer, por ocasião de seu 75º aniversário. University of Illinois, 2/12/2006. Disponível em: <http://www.econ.uiuc.edu/~facchini/werner/macro/Amann.doc>; acessado em 7/2/2008.

AMORIM NETO, O. *Presidencialismo e Governabilidade nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora FGV / Fundação Konrad Adenauer, 2006.

ANASTASIA, F., MELO, C. e SANTOS, F. *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer; São Paulo, Editora da Unesp, 2004.

BELÉM LOPES, D. *Relações Econômicas Internacionais, Isomorfismo Institucional e Democracia na América Latina*. Dados, 2007, v.50, pp.611-652.

_____. *Som e Fúria: dilemas de uma política externa periférica (e bolivariana)*. O Debatedouro, 05 jan. 2008.

BULMER-THOMAS, V. *As economias latino-americanas, 1929-1939*. In: BETHELL, L. (org.), *História da América Latina – A América Latina após 1930: economia e sociedade – vol. VI*. São Paulo: Ed. da USP / Imprensa Oficial; Brasília: FUNAG, 2005.

BUSHNELL, D. *A independência da América do Sul espanhola*. In: BETHELL, L. (org.), *História da América Latina – Da Independência até 1870 – vol. III*. São Paulo: Ed. da USP / Imprensa Oficial; Brasília: FUNAG, 2001.

BUTTO, L. A. e IRWIN, D. *The literature behind Venezuelan Boliverianism*. Military Review, 2006, v.86, n.2. Disponível em: <http://www.encyclopedia.com/doc/1G1-145473364.html>. Acessado em 9/10/2007.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

CASTAÑEDA, J. *Latin America's Left Turn*. Foreign Affairs, maio/junho de 2006.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Anuario Estadístico de América Central y el Caribe, 2007. Disponível em: http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/deype/agrupadores_xml/aes250.xml&xsl=/agrupadores_xml/a16l.xsl, acessado em 10/2/2008.

CEPIK, M. e FARIA, C. A. *O bolivarismo dos antigos e o bolivarismo dos modernos*. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. (org.), *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

COPPEDGE, M. *Explaining Democratic Deterioration in Venezuela through Nested Inference*. In: HAGOPIAN, F. e MAINWARING, S. (org.), *The Third Wave of Democratization in Latin America: Advances and Setbacks*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

- DEAS, M. *A Venezuela, a Colômbia e o Equador: primeiro meio século de independência*. In: BETHELL, L. (org.) (2001), *op. cit.* 276
- _____. *Venezuela, Colômbia, Equador, c. 1880-1930*. In: BETHELL, L. (org.), *História da América Latina – De 1870-1930 – vol. V*. São Paulo: Ed. da USP / Imprensa Oficial; Brasília: FUNAG, 2002.
- FFRENCH-DAVIS, R., MUÑOZ, O. e PALMA, J. (2005), *As economias latino-americanas, 1950-1990*. In: BETHELL, L. (org.) (2005), *op. cit.*
- FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *World Economic Outlook Database*, 2007. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2007/02/weodata/index.aspx>>, acessado em 22.2.2008.
- FRIEDMAN, T. *The First Law of Petropolitics*. *Foreign Policy*, maio/junho de 2006.
- GRUBER ODREMÁN, H. (2003), *Soldados Alerta!* Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2003.
- HAGOPIAN, F. e MAINWARING, S. (org.). *The Third Wave of Democratization in Latin America: Advances and Setbacks*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HAWKINS, K. *Populism in Venezuela: the rise of Chavismo*. *Third World Quarterly*, 2003, vol.24, No.6, pp. 1137-1160.
- LANGE e RUESCHEMEYER, D. (org.) *States and Development: Historical Antecedents of Stagnation and Advance*. New York, Palgrave Macmillan, 2005.
- LANZARO, J. *La Tercera Ola de las Izquierdas Latino-Americanas: Entre el Populismo y la Social-Democracia*. Manuscrito, 2006.
- LATINOBARÓMETRO. *Informe Latinobarómetro 2007*. Santiago, Chile, novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/>>, acessado em 22/2/2008.
- MADDISON, A. *The World Economy*. Paris, OCDE, 2006.
- MERRICK, T. *A população da América Latina, 1930-1990*. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina – A América Latina após 1930: economia e sociedade – vol. VI*. São Paulo: Ed. da USP / Imprensa Oficial; Brasília: FUNAG, 2005.
- MOON, B. (1983), “The foreign policy of the dependent state”, *International Studies Quarterly*, v. 97, n. 3.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partido*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PANIZZA, F. *La Marea Rosa, Análise de Conjuntura OPISA*, agosto de 2006. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/La_marea_rosa.pdf>. Acessado em 9/10/2007.
- PAZMINO, D. *Soy Bolivariano: El manifiesto de lucha*. Caracas: Instituto Municipal de Publicaciones de la Alcaldía de Caracas, 2003.
- PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Informe La Democracia en América Latina – Hacia una Democracia de Ciudadanos y Ciudadanas*, 2004. Disponível em: [<http://democracia.undp.org>]. Acessado em 9/2/2008.

_____. *Human Development Report*, 2007. Disponível em: [<http://www.undp.org>], acessado em 7/2/2008.

277

RODRÍGUEZ, F. *An Empty Revolution. The Unfulfilled Promises of Hugo Chávez*. *Foreign Affairs*, março/abril de 2008. Disponível em: [<http://www.foreignaffairs.org/20080301faessay87205-p20/francisco-rodriguez/an-empty-revolution.html>]. Acessado em 2/5/2008.

SANJUAN, A. M. *El Cuadro Político Venezolano en el 2006: La Crisis por Falta de Consenso*. Análise de Conjuntura OPSA, novembro de 2005. Disponível em: [http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/El%20Cuadro%20Politico%20Venezolano%20en%20el%202006.pdf]. Acessado em 9/2/2008.

STEFFAN, H. D. *El Socialismo del Siglo XXI*, 1996. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/308308/El-Socialismo-del-Siglo-XXI>. Acessado em 9/10/2007.

STRAKA, T. *Guiados por Bolívar: López Contreras, bolivarianismo y pretorianismo en Venezuela*. *Tiempo y Espacio*, julho/dezembro de 2003.

THE ECONOMIST. *With Marx, Lenin and Jesus Christ*, 11/1/2007.

_____. *Time to liberate the Liberator*, 7/2/2008.

THORP, R. *As economias latino-americanas, 1939-c.1950*. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina – A América Latina após 1930: economia e sociedade – vol. VI*. São Paulo: Ed. da USP / Imprensa Oficial; Brasília: FUNAG, 2005.

VILAS, C. *¿Populismos reciclados o neoliberalismo a secas? El mito del 'neopopulismo' latinoamericano*. *Revista de Sociologia e Política*, 2004, n. 22, p. 135-151.

WEBER, M. *Economía y Sociedad*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

WEYLAND, K. *The Politics of Market Reform in Fragile Democracies*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

YEROS, P. *As duas esquerdas no Atlântico Sul*. Disponível em: <http://rsi.cgee.org.br/documentos/3865/1.PDF>; acessado em 22/8/2008.